



CLIPPING



19 e 20 de
Fevereiro
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> TERRAS AGROPALMA

O Ministério Público do Pará (MPPA), por meio da promotora de Justiça Agrária Herena Neves Maués Corrêa de Melo, propôs uma reclamação, com pedido de cautelar em caráter de urgência, para que as autoridades de segurança pública cumpram a decisão do Tribunal de Justiça do Pará, julgada nos autos da ação civil pública movida em 2018 contra a empresa Agropalma com "obrigação de fazer" ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) que deverá suspender os editais de compra de terras públicas pela Agropalma.

FAZENDAS

O MPPA requer, liminarmente na reclamação, que seja suspenso também o trâmite dos processos de compra de terras públicas das últimas áreas colocadas à venda, em 9 de novembro do ano passado, que são referentes às fazendas denominadas "Roda de Fogo" e "Castanheira", pela Agropalma, já que as matrículas foram canceladas por fraude, a pedido do MPPA.

CANCELAMENTOS

A "Roda de Fogo" e a "Castanheira" eram compostas por várias áreas e na ação movida em 2018 todas as matrículas foram canceladas. Hoje, conforme denunciado com exclusividade por OLIBERAL, a Agropalma, empresa produtora de óleo de dendê, está no centro de vários conflitos agrários, além de violações aos direitos de comunidades quilombolas em suas próprias terras, uma localizada a 12 quilômetros da comunidade Vila Palmares, nos limites entre os municípios de Acará e Tailândia, ocupada por dezenas de famílias remanescentes de quilombos.

PROCESSO

Em 2018, o MPPA ingressou com ação civil pública contra a Agropalma e Iterpa, a partir das investigações constantes em inquérito civil que apurou as irregularidades nos registros e títulos imobiliários da empresa, referentes a imóveis rurais que totalizariam mais de 100 mil hectares. As matrículas referidas foram irregularmente restauradas através de escrituras públicas de compra e venda subsidiadas em documentos oriundos de cartório fictício denominado Oliveira Santos. O cancelamento das matrículas se deu com a comprovação dessa fraude.

REPÓRTER

70

> TRANSPORTE BATALHA

O Pará venceu uma batalha contra grandes empresas que exportam soja e milho pelos portos do Estado. O governo conseguiu suspender, no Tribunal de Justiça do Pará, liminares que garantiam o não pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no transporte interestadual de grãos para exportação. O assunto é alvo de uma batalha que se arrasta há décadas. A decisão, favorável aos cofres públicos, foi da desembargadora Célia Regina Pinheiro e foi divulgada no início deste mês.

ARGUMENTOS

Os produtos exportados são livres do pagamento de ICMS desde o advento da Lei Kandir. As empresas argumentavam que o benefício deveria ser estendido às operações de transporte, o que foi contestado pelo governo. A Procuradoria Geral do Estado argumentou que o transporte dos grãos é um serviço auxiliar e que o Estado precisa fazer a cobrança para fazer frente aos custos de manutenção das estradas que são fortemente afetadas pelo fluxo intenso de veículos pesados.

> DEFENSORES DIREITOS

Pela primeira vez, Belém reunirá ativistas de direitos humanos com defensores públicos e ouvidores externos das Defensorias Públicas dos Estados brasileiros, em um evento que vai debater os principais problemas enfrentados pelas populações na Amazônia. Será o I Encontro de Ouvidorias Externas e Defensores de Direitos Humanos na Amazônia. A programação, realizada na próxima semana, terá dois momentos. Dias 22 e 23, será no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e na quinta, 24, os participantes vão à comunidade quilombola do Carananduba, em Acará, no nordeste do Pará, região que enfrenta conflitos agrários, provocados pela empresa Agropalma S/A.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- A 6ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do TJPA, realizada por meio de videoconferência, na última quarta-feira, 16, aprovou por unanimidade, a recondução, para mais um biênio, do juiz Edmar Silva Pereira como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), em virtude do encerramento do primeiro biênio de sua atuação, no dia 10 de março. A sessão foi presidida pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargador Ronaldo Marques Valle.
- Aniversariou, neste sábado, 19, a magistrada Margui Gaspar Bittencourt. Ela é juíza titular da primeira vara da família da capital e está convocada para compor o Pleno Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A magistrada recebeu felicitações de seus pares durante a sessão do Pleno do TJPA desta semana.
- O sistema do Processo Judicial Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem apresentado, nas últimas semanas, instabilidade em seu funcionamento, o que ocasiona lentidão ou falta de continuidade no sistema. A Coordenadoria de Suporte Técnico da Secretaria de Informática do TJPA identificou como causa a sobrecarga de uso dos recursos computacionais, em especial por conta de procedimentos de consulta massiva feita por robôs em horário ordinário de funcionamento do Tribunal, concorrendo com os acessos de magistrados, servidores e advogados.
- A Escola Judicial Dr. Elder Lisboa promove no dia 24 de fevereiro, Aula Magna 2022, com palestra do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino. As inscrições estão abertas no período de 14 a 24 de fevereiro. O evento será na modalidade online, transmitido pela plataforma da EJPA, e destina-se a membros magistratura, advogados, estagiários e público em geral.
- Romeu Gomes é um dos juízes sorteados dentre magistrados substitutos para presidir os júris que ocorrem na capital. A ideia do juiz titular da vara, Cláudio Hernandes Silva Lima, com o apoio da juíza Reijane Rodrigues, da EJPA, é possibilitar a experiência aos novos magistrados que vão assumir Comarcas nos municípios do Estado. Os júris anteriores foram presididos pelos juízes substitutos Lurdilene Barbara Souza Nunes, Leonardo Ribeiro da Silva, José Luiz Tavares e David Jacob Bastos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FORAGIDA É CAPTURADA RETORNOU DE ONDE ESCAPOU

Jaqueline de Almeida Lopes foi presa por policiais militares na cidade de Tailândia, sudeste paraense, flagrada com maconha

MANDADO JUDICIAL

JR Avelar

Com um cartaz espalhado pela região onde era procurada pelas autoridades, Jaqueline de Almeida Lopes, foragida da Justiça da cidade de Breu Branco, na região sudeste paraense, acabou detida durante a Operação Octopus por tráfico de drogas, dessa vez no município de Tailândia, na mesma região.

A prisão da mulher, segundo o tenente-coronel Correa, comandante da 6ª Companhia Integrada da Polícia Militar em Tailândia, se deu após a guarnição do Grupamento Tático ser informada de que em uma vila de quitenetes, localizada na travessa Primavera, no Bairro Novo, estaria acontecendo uma possível comercialização de drogas.

A guarnição se deslocou até o local informado e ao iniciar uma averiguação, se depa-rou com uma mulher identificada como Jaqueline de Almeida Lopes em frente a um dos quitenetes. Ao perceber a presença dos policiais, ela tentou se livrar de um embrulho que foi jogado atrás de uma máquina de lavar roupas.



Contra a criminosa havia em aberto um mandado de prisão de Breu Branco
FOTOS: DIVULGAÇÃO

A suspeita foi contida pela guarnição. Ao ser constatado o material do embrulho, a polícia divulgou que foram encontradas duas barras de maconha tipo skank e quatro pedras de óxi.

Diante dos fatos que configuraram tráfico de drogas, Jaqueline de Almeida Lopes foi presa e todo material encontrado apre-

sentado na Unidade Integrada Pará Paz de Tailândia para os devidos procedimentos cabíveis.

Na chegada à unidade da Polícia Civil quando de sua qualificação, a polícia informou que Jaqueline de Almeida Lopes tinha um mandado de prisão em aberto expedido pela Justiça da cidade vizinha de Breu Branco.





JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflmcosta@gmail.com

GABINETE DE DESEMBARGADORA ESTADUAL ATINGE QUASE 100% NO IEJUD

O gabinete da desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque obteve o 1º lugar no Índice de Eficiência Judiciária (IEJUD) em 2021, com o índice de 99,75%. Outras 31 unidades também foram certificadas, sendo 29 do 1º grau e duas de 2º grau, sob relatorias das desembargadoras Maria Filomena de Buarque e Maria do Céu Coutinho. O IEJUD mede o desempenho das unidades judiciárias para subsidiar o planejamento da gestão processual. O índice mira a eficiência no Judiciário paraense e busca melhorar os resultados do Pará no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, criado pelo CNJ. O anúncio foi feito dia 10, em cerimônia conduzida pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.



Faculdade do legislativo oferta cursos de gestão e pós-graduação

O advogado e professor André Luiz Amaral, gravou no último dia 04, a aula piloto para a Faculdade da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que está em fase final de credenciamento. Inicialmente, serão dois cursos a serem ofertados, sendo um de graduação em gestão pública, e outro em pós-graduação em gestão pública legislativa. A implantação da faculdade está a cargo da Escola do Legislativo, sob direção da professora Betânia Fidalgo, e presidência do deputado Chicão.



PGJ participa de posse de novo Procurador-Geral do MP de Contas

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., participou nesta última terça-feira da sessão de posse do procurador de Contas, Patrick Bezerra Mesquita, no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA). Também marcaram presença o ouvidor-geral do MPPA, Adélio Mendes, e o presidente da Associação do Ministério Público (Ampep), promotor de Justiça Márcio Maués, além de várias autoridades. A solenidade ocorreu no Plenário Conselheiro Emílio Martins, no Tribunal de Contas do Estado.

OAB-PA aprova regimento interno do Tribunal de Defesa das Prerrogativas

Conselheiros seccionais aprovaram, à unanimidade, em sessão ocorrida no último dia 10 o regimento interno do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-PA. Na ocasião, houve a posse dos integrantes Eduardo Imbiriba (presidente), André Tocantins (vice-presidente), Américo Ribeiro (secretário), Bianka Melo, Evandro Martins, Cicero Sales, Julianne Macêdo, Patryck Feitosa e Rone Messias (membros). O objetivo é julgar com mais rapidez processos cujo objeto principal é a violação de prerrogativas.



Justiça Estadual exclui empresa de ação de improbidade

A Justiça Estadual homologou acordo para excluir uma empresa e seus sócios da ação de improbidade promovida pelo Ministério Público em razão de supostas irregularidades no programa Asfalto da Cidade a partir da fiscalização promovida pela Auditoria Geral do Estado. O advogado Evandro Antunes Costa (foto) explica que antecipou a produção de perícias e outras provas para demonstrar que, no caso específico, não houve irregularidade na execução da obra. Isso permitiu afastar qualquer irregularidade cometida pela empresa ou seus sócios,



culminando com um acordo destinado a ajudar entidades da sociedade civil.



Produção de mulheres no Judiciário pode ser acessada em Repositório

O Poder Judiciário do Pará adota mais uma ação para igualdade de gênero, no intuito de conferir mais visibilidade à produção de mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito. A partir desse mês, um repositório on-line irá cadastrar e compilar dados de mulheres juristas no Judiciário do Pará. A iniciativa foi aprovada durante reunião do Comitê Deliberativo de Participação Feminina no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) final do mês passado. O repositório ficará disponível no site da Biblioteca Desembargador Antônio Koury, do TJPA e no site da Escola Judicial do Pará (EJPA), onde poderá ser consultado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**MAURO BONNA**Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Preço Baixo

O empresário Geam Gomes de Freitas, cap da rede de atacarejos Preço Baixo, solicitou ao Juiz da Recuperação Judicial do Grupo Yamada, pagar 12 milhões de reais por uma área de 9,9 mil metros quadrados, na Augusto Montenegro, ao lado do conjunto Panorama XXI. No local pretende construir o sexto lojaão do seu grupo. O Juiz deve homologar.

Sal

O Juiz da Recuperação Judicial do Grupo Yamada recebeu proposta do empresário José Wanderley Marques Melo, titular da Dismelo e WM Empreendimentos, em Castanhal, para pagar 1,8 milhão por área de 9 mil metros quadrados no Loteamento Ilha do Atalaia, em Salinas. Também deve ser homologado.

Arena

Esses dois empresários, Wanderley Melo e Geam Freitas, são sócios na área da antiga Arena Yamada, na BR-316. Também adquirida da Recuperação Judicial do Grupo Yamada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



ESPERANÇA BESSA
esperanca.bessa@gmail.com

FOTOS: DIVULGAÇÃO



César Mattar Jr. ao lado de Rita Cortez, presidente nacional do IAB, e membros da instituição

MEMBRO HONORÁRIO

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., foi empossado na quarta-feira, 16, como Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, a instituição jurídica mais antiga das Américas e que deu origem a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A posse ocorreu na sede do IAB, no Rio de Janeiro, conduzida no plenário histórico pela presidente nacional, Rita Cortez. César Mattar Jr. ocupa a vaga no IAB de sócio honorário, destinada para graduados em Direito não inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como, por exemplo, magistrados, membros do Ministério Público, e defensores públicos, ou os graduados em Direito que exerçam a atividade profissional no exterior.

Inclusão

Os diretores do Grupo Líder, Oscar e Andréa Rodrigues, receberam o juiz da 3ª Vara de Infância e Juventude de Belém, Vanderley de Oliveira Silva, e os representantes do Conselho Tutelar, Davidson Gemaque; Instituto Ideso, Luciane Ferreira; Polícia Militar, major Jorge Conceição; e Polícia Civil/Data, Adriana Norate para discutir a importância da implantação de projetos sociais voltados para as comunidades do entorno do Castanheira Shopping. Ações de inclusão por meio da educação e da qualificação profissional estão entre as iniciativas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ACUSADO É PRESO ELE TERIA COMETIDO CRIME DE ESTUPRO

Leocadio Rodrigues da Silva foi detido em Currallinho, no Marajó, a mando judicial

MANDADO CUMPRIDO

JR Avelar

Por determinação da juíza de Direito da vara única da Comarca de Currallinho, na Ilha do Marajó, Claudia Ferreira Lapenda Figueiroa, o coronel Helderley, comandante do Policiamento Regional XII do Marajó Ocidental, e o tenente-coronel Nogueira, que comanda o 8º Batalhão, enviaram o 82º Pelotão Policial Destacado da cidade para cumprimento de mandado de prisão.

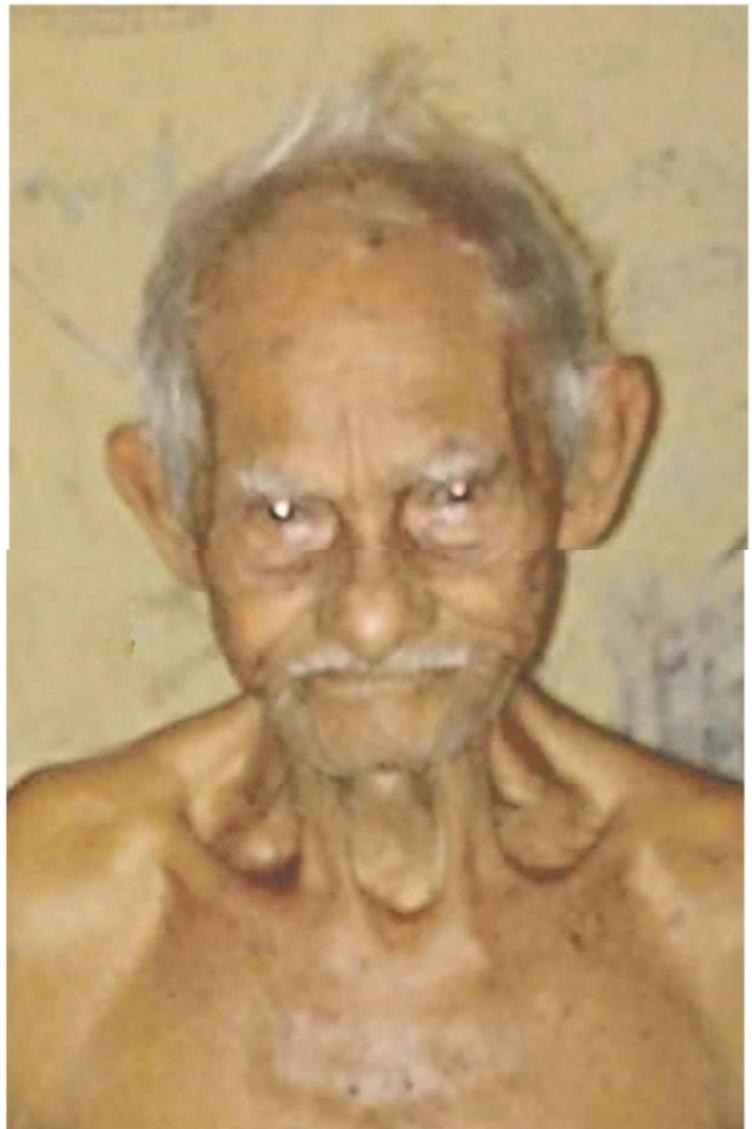
A equipe dos sargentos Tokanam e Adalto e soldados Sousa e Rocha saíram à procura de Leocadio Rodrigues da Silva, residente na rua Santa Izabel, no bairro Marambaia, condenado por estupro de vulnerável.

De imediato, com apoio do oficial de Justiça, foi feito o deslocamento até a residência do suspeito. Durante o cerco policial, ele acabou capturado dentro do domicílio, sendo conduzido e apresentado ao delegado de plantão em Currallinho e sua prisão comunicada à Justiça.

Segundo o que foi apurado, Leocadio Rodrigues da Silva utilizava sua residência para encontros amorosos com crianças e adolescentes da cidade.

Pelo menos quatro foram ouvidas em escuta especializada e exames confirmaram a atitude criminosa do idoso.

A prisão do homem, segundo a decisão da juíza, visa evitar a coação das vítimas e testemunhas no decorrer do inquérito. Após ser ouvido, Leocadio Rodrigues da Silva foi encaminhado para o presídio estadual em Breves.



O homem é suspeito de atrair crianças e adolescentes para manter relacionamentos dentro da residência onde mora
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

Diário do Pará

TRAFICANTE DESISTE DE CRIME
DIANTE DA PM: "PERDI, PERDI".
PÁGINA 2

POLÍCIA**ASSALTANTES SÃO DETIDOS****ROUBARAM ATÉ TELEVISÃO****FLAGRANTE****JR Avelar**

Uma equipe do Grupamento Tático Operacional da 6ª Companhia Integrada da Polícia Militar de Tailândia, sudeste do Pará, sob o comando do tenente-coronel Correa, estava no quartel quando tomou conhecimento por um cidadão que foi até o quartel para informar ter sido vítima de furto.

A vítima detalhou para a guarnição da viatura 5255 que o suspeito foi visto por testemunhas quando saía da residência carregando um aparelho de televisão.

De posse da informação, a guarnição do GTO da 6ª CIPM realizou diligências no bairro Jardim Primavera, local de esconderijo do suspeito, no intuito de localizar o criminoso. Ao chegar à rua 18 do referido bairro, o suspeito foi visto na companhia de um comparsa avistado.

Os dois ainda tentaram fugir, mas acabaram detidos. Eles foram identificados como Bruno de Jesus Ferreira e Jhonatas Oliveira dos Santos. Próximo deles foi encontrada uma arma de fogo de fabricação caseira.

Ao serem interrogados, eles confessaram que cometeram assaltos por Tailândia com uso da arma caseira e entregaram dois celulares que seriam de suas vítimas.

Questionado quanto ao aparelho de televisão furtado, ele acabou levando a guarnição até um local afastado da cidade, onde o bem foi recuperado e entregue ao seu legítimo proprietário.

Ao verificar os antecedentes da dupla, a polícia informou que Jhonatas Oliveira dos Santos tinha um mandado de prisão preventiva em seu desfavor deferido pela Justiça, que acabou também sendo cumprido com a apresentação da dupla na Unidade Integrada Pará Paz de Tailândia.



Além do aparelho televisor, a polícia também apreendeu dois telefones celulares e uma arma de fogo de fabricação caseira
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Alda Dantas
ALDA DANTAS

 @aldadantas



A Juíza Márcia Murrieta recebeu das mãos da Desembargadora Célia Pinheiro, presidente do Tribunal de Justiça, o selo Unidade de Alta Produtividade pelo alcance das metas mensais do Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça discute invasão de terras em Mosqueiro

O juiz determinou que cesse a ampliação da ocupação de novas áreas dentro do terreno ocupado e a imediata suspensão de quaisquer ações de degradação ambiental no local



O Liberal

19.02.22 10h25



Audiência de justificação realizada na manhã desta sexta-feira (18). (Divulgação)

O juiz titular da Vara Agrária de Castanhal, André Luiz Fonseca, realizou na manhã desta sexta-feira, 18, uma audiência de justificação, no Fórum Distrital de Mosqueiro, para analisar ação de reintegração de posse de terras invadidas, no Distrito de Mosqueiro, ajuizada pela Associação dos Pequenos Agricultores da Mari-Mari (APAMM) e pela Associação de Agricultores de Conservação Ambiental Agroecológica de Mosqueiro (ASACAMAM).

Até o julgamento do pedido de liminar, o juiz determinou que cesse a ampliação da ocupação de novas áreas dentro do terreno ocupado e a imediata suspensão de quaisquer ações de degradação ambiental no local. O juiz também pediu que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

os órgãos de defesa do meio ambiente apurem os fatos, dando prazo de cinco dias para a Delegacia de Meio Ambiente e dez dias para as secretarias estadual e municipal de Meio Ambiente.

No dia 10 de janeiro, a Associação Comercial de Mosqueiro (ACM) enviou ofício à Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado (TJE) solicitando providências quanto à área de invasão instalada em Mosqueiro, próxima ao Portal, uma vez que até então não se via nenhuma ação dos órgãos de defesa do meio ambiente diante do risco de degradação. A preocupação também se deve à insegurança econômica para o comércio local, uma vez que poderia prejudicar o turismo na ilha.

O juiz deu prazo de dois dias para que a Defensoria Pública Agrária designe advogado para os ocupantes da área e cinco dias para que o Ministério Público se manifeste na ação, para que ele possa decidir sobre a concessão de liminar de reintegração de posse. “Nós temos que contar como se fossem dez dias, porque eles têm o prazo em dobro. Se a decisão sobre a liminar de reintegração de posse for favorável, aí o Comando de Operações Especiais (COE) vai ser oficiado e vai ter todo o trâmite de retirada”, disse a advogada Amanda Santos, que representa a APAMM e a ASACAMAM.

Durante a audiência, foram feitos ajustes na inicial do processo, com a oitiva de testemunhas dos autores da ação, para tentar justificar a concessão, ou não, de liminar. “A decisão, no entanto, só será dada pelo juiz posteriormente, porque ele ainda vai dar vistas do processo para que as outras partes se manifestem, através dos seus advogados, que não vieram agora, e para que o Ministério Público se manifeste. Mas, por ora, a decisão já foi a seguinte: que cesse qualquer tipo de ampliação da área invadida, ou ocupada, e que também não haja mais qualquer tipo de degradação do meio ambiente ali”, completou a advogada.

Segundo Amanda Santos, cerca de dez pessoas invadiram há menos de dois meses uma área próxima ao portal de Mosqueiro, localidade de Mari-Mari,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

pertencente à APAMM, e do outro lado uma área pertencente à ASACAMAM, onde também foram construídos casebres.

No passado, explicou a advogada, as duas áreas foram cedidas pelo proprietário, Benedito Elias, através de um processo judicial, para as duas associações de agricultores, que ficaram encarregadas de dar posse produtiva e preservar as duas áreas. “Desde então, essas associações vêm loteando essas áreas para os seus associados. Hoje, os lotes invadidos são o 17B (Mari-Mari) e o lote 9, do lado direito, pertencente à ASACAMAM”, informou a advogada.

Como os representantes das pessoas que ocuparam as duas áreas, presentes à audiência, não possuem advogado, a Defensoria Pública Agrária deverá ser acionada para avaliar se estas pessoas se enquadram nos casos previstos em lei para que possam ser representadas gratuitamente pelo Estado. Participaram da audiência representantes da Ouvidoria Agrária, das partes envolvidas no litígio e da Associação Comercial de Mosqueiro (ACM).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br